

PSILOCIBINA PARA O TRATAMENTO DEPRESSÃO RESISTENTE

Uma Análise sobre o Uso Terapêutico da Psilocibina

PSILOCYBIN FOR THE TREATMENT OF TREATMENT-RESISTANT DEPRESSION

An Analysis of the Therapeutic Use of Psilocybin

Giulia Lima Guidoni

RESUMO

Este trabalho analisa o uso da psilocibina como recurso terapêutico, explorando seus princípios clínicos, bases neuropsicológicas e dilemas éticos que envolvem a psicoterapia assistida por psicodélicos, além dos obstáculos à sua implementação no Brasil. O foco central é o potencial da psilocibina no tratamento da depressão resistente, condição na qual sintomas depressivos persistem mesmo após terapias farmacológicas convencionais.

A metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa, exploratória e de caráter bibliográfico, fundamentada em estudos científicos, livros e documentos que discutem efeitos terapêuticos, mecanismos farmacológicos, segurança clínica, contexto histórico e debates éticos relacionados ao uso da substância. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, como PubMed, e SciELO, utilizando descritores como “psilocibina”, “psicodélicos”, “depressão resistente”, “psicoterapia assistida por psicodélicos”, “saúde mental” e “neuroplasticidade”. O critério de seleção incluiu publicações atuais e referências clássicas essenciais para compreensão histórica e conceitual do tema.

Os resultados apontam que, quando administrada em ambiente clínico e com acompanhamento profissional, a psilocibina pode reduzir significativamente os sintomas depressivos, promover bem-estar e favorecer reorganização emocional. Conclui-se que a substância representa uma alternativa promissora para casos de depressão resistente, reforçando a necessidade de superar estigmas, ampliar pesquisas e desenvolver novas abordagens no campo da saúde mental.

Palavras-chave: Psilocibina; Psicodélicos; Depressão resistente; Psicoterapia assistida por psicodélicos; Saúde mental; Neuroplasticidade.

ABSTRACT

This study analyzes the use of psilocybin as a therapeutic resource, exploring its clinical principles, neuropsychological foundations, and the ethical dilemmas involved in psychedelic-assisted psychotherapy, as well as the barriers to its implementation in Brazil. The central focus is the therapeutic potential of psilocybin in treating treatment-resistant depression, a condition in which depressive symptoms persist even after conventional pharmacological therapies. The methodology consisted of a qualitative, exploratory, and bibliographic approach, based on scientific studies, books, and documents that discuss therapeutic effects, pharmacological mechanisms, clinical safety, historical context, and ethical debates related to the use of the substance.

National and international scientific databases such as PubMed, SciELO, and Google Scholar were consulted, using descriptors such as “psilocybin,” “psychedelics,” “treatment-resistant depression,” “psychedelic-assisted psychotherapy,” “mental health,” and “neuroplasticity.” The selection criteria included recent publications and classical references essential for the historical and conceptual understanding of the topic.

The results indicate that when administered in a clinical environment and accompanied by trained professionals, psilocybin can significantly reduce depressive symptoms, promote well-being, and facilitate emotional reorganization. The study concludes that the substance represents a promising alternative for cases of treatment-resistant depression, reinforcing the need to overcome stigma, expand research, and develop new approaches in the field of mental health.

Keywords: psilocybin; psychedelics; treatment-resistant depression; psychedelic-assisted psychotherapy; mental health; neuroplasticity.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), a depressão é um transtorno mental comum e sério, caracterizado por humor persistentemente deprimido ou pela perda de interesse e prazer em atividades antes consideradas significativas. Diferente das variações normais de humor e dos sentimentos cotidianos, a depressão pode comprometer de forma significativa todas as esferas da vida do indivíduo, desde os relacionamentos interpessoais até o desempenho escolar ou profissional. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023), a depressão é resultado de uma complexa interação de fatores sociais, psicológicos e biológicos. Pessoas que passaram por eventos adversos durante a vida como desemprego, luto ou trauma psicológico estão mais propensas a desenvolver o transtorno. Além disso, a própria condição pode levar a mais estresse e disfunção, agravando ainda mais a situação de vida da pessoa afetada.

Um ponto particularmente preocupante é a prevalência da chamada depressão resistente ao tratamento (DRT). Um estudo observacional multicêntrico realizado na América Latina, com a participação de 1.475 pacientes atendidos em 33 serviços clínicos da Argentina, Brasil, Colômbia e México, revelou que aproximadamente 30% dos indivíduos com depressão não respondem adequadamente aos tratamentos medicamentosos convencionais. No Brasil, esse número é ainda mais alarmante: 40,4% dos pacientes são considerados resistentes ao tratamento (TENG *et al.*, 2021). Diante desse cenário, torna-se necessário abordar novas alternativas terapêuticas que apresentem eficácia significativa e cientificamente comprovada no tratamento da depressão resistente. É nesse cenário que a Psicoterapia Assistida por Psilocibina (PAP) surge como uma abordagem promissora, baseada na combinação entre intervenção farmacológica e suporte psicoterapêutico estruturado, oferecendo não apenas alívio sintomático, mas também a possibilidade de reorganização emocional e cognitiva profunda no paciente.

Nos últimos anos, a psilocibina, substância presente em alguns cogumelos do gênero *Psilocybe cubensis*, tem se destacado por seu potencial terapêutico no campo da saúde mental. Estudos preliminares indicam que tratamentos assistidos por psilocibina podem ter efeitos antidepressivos expressivos, especialmente em pacientes com transtorno depressivo maior (TDM).

Respostas positivas ao tratamento têm sido observadas em apenas uma semana, após a administração de uma ou duas doses em um contexto psicoterapêutico. Isso tem despertado interesse, sobretudo porque os tratamentos farmacológicos convencionais para a depressão muitas vezes apresentam eficácia limitada, baixa adesão e efeitos colaterais indesejados. Em um estudo comparativo entre a psilocibina e o escitalopram um antidepressivo amplamente utilizado no tratamento da depressão moderada a grave, observou-se uma ligeira vantagem para o grupo da psilocibina. (JOSEPH; MENDONÇA; CARDOSO, 2024).

Como visto anteriormente, diversos estudos vêm explorando o potencial dessa substância que, quando é utilizada em contextos voltados à saúde mental, de forma controlada e com acompanhamento profissional, pode promover efeitos positivos significativos em pacientes que não respondem às abordagens tradicionais. Assim, compreender como o uso da psilocibina atua no tratamento

da depressão resistente ao tratamento torna-se uma questão científica e socialmente relevante.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo investigar de que forma a psilocibina pode contribuir para o tratamento da depressão resistente, analisando os avanços científicos na área da neurociência relacionados à sua aplicação terapêutica e trazendo também o andamento da Terapia Assistida. Além disso, busca-se contextualizar historicamente a passagem dos psicodélicos na humanidade, bem como discutir os estigmas e cuidados que cercam a pesquisa com psicodélicos, especialmente no campo da Psicoterapia Assistida com Psicodélicos (PAP). O estudo também abordará o cenário dessa área no Brasil, contemplando o desenvolvimento científico nacional, barreiras regulatórias, perspectivas futuras e o crescimento do interesse acadêmico e clínico no uso terapêutico da psilocibina. Assim, este estudo se propõe a explorar, de maneira científica e reflexiva, os avanços, desafios e possibilidades que a Psilocibina representa para a saúde mental contemporânea, contribuindo para o ampliamto sobre novas abordagens terapêuticas capazes de transformar, amplificar e trazer novas perspectiva sobre saúde mental alinhada com a Psilocibina.

¹ Giulia Lima Guidoni - Graduada do curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano (UniSales), Vitória/ES, Brasil. email:Giulialima03@hotmail.com

² Victor Johne Freitas Pacheco - Psicólogo, Mestre em Psicologia Institucional (PPGPSI-UFES), Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano (UniSales), Vitória/ES, Brasil. email: victor.pacheco@salesiano.br¹

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ANCESTRALIDADE E CONTEXTOS DA PSILOCIBINA.

A jornada dos cogumelos psicoativos foi marcada por diferentes contextos históricos que moldaram sua percepção e uso ao longo do tempo. Entre esses contextos, destacam-se o uso ancestral em culturas indígenas, sua posterior criminalização e, mais recentemente, seu reconhecimento no âmbito científico (Molon, 2025). Os efeitos da psilocibina, classificada como um psicodélico clássico, vêm sendo apontados como de grande potencial para o tratamento da saúde mental quando associados a processos terapêuticos estruturados. Por esse motivo, torna-se fundamental recuperar historicamente seus usos, significados e finalidades, compreendendo-os de forma ampla e contextualizada (Molon, 2025).

Os vestígios do consumo humano de cogumelos psicoativos remontam a mais de três mil anos. No território que hoje corresponde ao estado mexicano de Chiapas, foram identificadas mais de duzentas “pedras-cogumelo”, estatuetas de tamanhos variados, cujos exemplares mais antigos são datados do século XI a.C. Essas esculturas apresentam uma base sólida e arredondada, sobre a qual se ergue uma estrutura semelhante ao tronco de um cogumelo, frequentemente substituída por figuras humanas ou animais. No topo, observa-se uma espécie de cúpula que remete ao píleo fúngico. Muitas dessas peças foram encontradas em tumbas ou monumentos funerários, indicando possíveis funções cerimoniais ou simbólicas (Figura 1). Essa mesma região possui, ainda hoje, a maior diversidade de cogumelos psilocibinos do mundo, com aproximadamente vinte espécies catalogadas (Molon, 2025).

Figura 1 – Foto de Prof. Gian Carlo Bojani, diretor do Museu Internacional de Cerâmica em Faenza, Itália.



Existem evidências que a psilocibina possui uma longa história de uso ritualístico e medicinal entre culturas indígenas mesoamericanas, onde era compreendida como uma substância sagrada, capaz de induzir estados visionários e experiências espirituais profundas. Entretanto, com o avanço da colonização e a imposição de valores cristãos, esses saberes ancestrais foram reprimidos, marginalizados e reinterpretados sob uma ótica eurocêntrica, frequentemente associados a práticas consideradas idólatras ou demoníacas (Molon, 2025).

Historicamente, observa-se que a distinção entre uso médico e uso recreativo de substâncias não existia até a era cristã. A euforia, compreendida como fonte de prazer ou alívio, era valorizada como finalidade legítima “a euforia é terapêutica”. Com a ascensão do cristianismo, essa concepção passou a ser moralmente condenada, sendo associada à ideia de pecado. Essa lógica permaneceu enraizada nos discursos dominantes sobre drogas, frequentemente tratadas como intrinsecamente perigosas e prejudiciais. Entretanto, o avanço das pesquisas contemporâneas coloca em contradição esses discursos ao demonstrar que muitos dos riscos atribuídos aos psicodélicos foram largamente superestimados. Embora ambientes controlados médicos, religiosos ou cerimoniais reduzam riscos e favoreçam o manejo de eventuais intercorrências, parte significativa do uso atual ocorre em contextos recreativos (REVISTA PLATÔ, 2021).

Para compreender o surgimento moderno das pesquisas com a psilocibina, é essencial destacar o papel de Gordon Wasson, banqueiro norte-americano que documentou o uso ritual dos cogumelos *Psilocybe* no México. Posteriormente, Wasson colaborou com o químico Jonathan Ott, discípulo do importante etnobotânico Richard Evans Schultes, e, em conjunto com o helenista Carl Ruck, propôs em 1979 o termo “enteógeno”, visando afastar a substância das noções negativas vinculadas a “alucinação” e do termo “psicodélico”, já associado à contracultura (REVISTA PLATÔ, 2021). Esse movimento intelectual coincidiu com o ressurgimento da psilocibina no campo científico, impulsionado pelas pesquisas de Albert Hofmann e pelo interesse que Wasson despertou na comunidade acadêmica e na mídia. A identificação de sua estrutura química e a síntese laboratorial possibilitaram novas investigações sobre seu potencial terapêutico, especialmente em transtornos psiquiátricos como a depressão. Contudo, sua vinculação aos movimentos contraculturais dos anos 1960 levou à criminalização e ao estigma, interrompendo estudos promissores por décadas (Molon, 2025).

O Renascimento Psicodélico é alimentado por um crescente corpo de estudos que evidenciam benefícios terapêuticos dos psicodélicos. Embora o uso de substâncias naturais com fins extáticos, cerimoniais ou medicinais seja ancestral, a investigação sistemática pela ciência ocidental se intensificou apenas no final do século XIX, com registros de autoadministração de óxido nítrico por William James e Paul Blood, e do uso de peiote por J. R. Briggs (REVISTA PLATÔ, 2021). No cenário contemporâneo, esse movimento ganha força com a retomada científica da psilocibina, cujos estudos clínicos têm mostrado eficácia no tratamento de diferentes transtornos mentais. Ainda assim, a consolidação de seu uso terapêutico exige a superação de estigmas históricos e culturais, além de práticas éticas e acessíveis. Dessa forma, a psilocibina surge como alternativa não farmacologicamente promissora, cujo

potencial depende de uma abordagem integrada que considere tanto suas raízes tradicionais quanto as evidências científicas atuais (Molon, 2025). E Nos últimos anos, a psilocibina tem se destacado especialmente no tratamento da depressão, inclusive em casos resistentes a terapias convencionais. Estudos clínicos envolvendo o princípio ativo dos chamados “cogumelos mágicos” mostram eficácia também no tratamento do alcoolismo, tabagismo, transtorno obsessivo-compulsivo e ansiedade em pacientes terminais (REVISTA PLATÔ, 2021). Seu uso para depressão refratária foi reconhecido pela Food and Drug Administration (FDA), que classificou a substância como breakthrough therapy, uma designação concedida a tratamentos experimentais altamente promissores para doenças graves ou com poucas opções terapêuticas (REVISTA PLATÔ, 2021).

2.1 A PSILOCIBINA

A psilocibina é a principal substância química natural presente nos chamados cogumelos mágicos, conhecidos pelos astecas como Teonanacatl, a chamada “carne dos deuses” consumidos em rituais de caráter sagrado. Entre os fungos que possuem essa substância estão espécies dos gêneros *Psilocybe*, *Conocybe*, *Panaeolus* e *Stropharia*, que reúnem diversas variedades. Um exemplo é o *Stropharia cubensis* (atualmente denominado *Psilocybe cubensis*), identificado pela primeira vez em Cuba, em 1904, e bastante comum em regiões tropicais, inclusive em áreas de pastagem no Brasil. A cada dia mais esse composto natural vem sendo estudada como alternativa terapêutica para diferentes condições, como ansiedade em pacientes em fase terminal, transtorno obsessivo-compulsivo, cefaleia em salvas, dependências químicas e a depressão resistente que será o foco no presente estudo. (Rodrigues, 2019).

Figura 2- *Psilocybe Cubensis* livres de direitos autorais



A psilocibina é um composto natural denominado 0-fosforil-4-hidroxi-N-dimetiltriptamina e, após ser ingerida, passa por um processo de desfosforilação que a converte em psilocina (4-hidroxi-N-dimetiltriptamina). Essa substância ocorre em alguns gêneros de cogumelos, especialmente no

gênero *Psilocybe*, cujos espécimes geralmente medem entre 2,5 e 10 cm de altura, apresentando um estipe fino, longo e fibroso, além de um píleo que costuma variar de 1 a 3 cm (Figura 2). A psilocibina pode ser absorvida tanto a partir de cogumelos frescos quanto secos, inteiros ou em pó, e sua concentração muda conforme o gênero e entre diferentes espécies dentro do próprio *Psilocybe* (Molon, 2025).

O efeito psicológico da psilocibina é de difícil definição e varia de pessoa para pessoa, mas costuma provocar mudanças profundas na forma como o indivíduo percebe a dor, a apatia e a ansiedade, além de alterar seu limiar de desconforto. Psicologicamente, seus efeitos guardam semelhança com os do LSD, porém tendem a ser mais euforizantes, menos intensos e mais curtos, apresentando também menor ocorrência de episódios de pânico e paranoia também conhecidas como *bad trips*, as ‘viagens ruins’. Uma revisão sistemática publicada em 2002 sobre a farmacologia da psilocibina identificou que, em doses médias de 12 a 20 mg, ela induz um estado alterado de consciência caracterizado por maior ativação afetiva, aumento da capacidade de introspecção e um funcionamento mental orientado para processos psíquicos de natureza primária. Também se destacam as modificações cognitivas e perceptivas, como alterações na sensibilidade estética, distorções espaço-temporais, ilusões e sinestésias (Rodrigues, 2019).

2.2 PSICOTERAPIA ASSISTIDA COM PSICODÉLICOS (PAP)

Nos últimos anos, a PAP tem ganhado destaque como uma alternativa promissora para o tratamento da depressão resistente. A psilocibina, principal composto presente nos chamados cogumelos mágicos, vem sendo investigada em diferentes contextos clínicos, incluindo dependência de álcool, tabagismo, transtorno obsessivo-compulsivo, depressão e ansiedade em pacientes em cuidados paliativos (REVISTA PLATÔ, 2021). Esse interesse crescente está ligado ao fato de que muitos pacientes não apresentam melhora satisfatória com as terapias convencionais, o que motiva a busca por novas possibilidades terapêuticas. Nesse cenário, os psicodélicos chamam atenção por sua ação no sistema serotoninérgico e por favorecerem a neuroplasticidade, processo que permite ao cérebro reorganizar conexões importantes para a saúde emocional e cognitiva (LINARTEVICH I et al., 2021).

Um dos elementos que contribuem para o potencial terapêutico da PAP é o modo como o tratamento é estruturado. O processo envolve etapas bem definidas, iniciando-se pelas sessões preparatórias, nas quais o paciente conhece os terapeutas, estabelece intenções e recebe informações sobre os efeitos da substância. Esse tipo de preparação favorece a criação de uma relação de confiança e estabelece as bases emocionais para a experiência psicodélica, algo descrito como essencial para a segurança e para os resultados clínicos (Barnett et al., 2024).

A sessão psicodélica acontece em um ambiente cuidadosamente organizado para promover tranquilidade e sensação de segurança. Geralmente há obras de arte relaxantes, iluminação suave, um sofá ou cama para o participante se deitar e assentos confortáveis para os profissionais. As sessões duram entre seis e oito horas e contam com a presença contínua de um ou dois terapeutas

treinados especificamente em PAP (Barnett et al., 2024). Durante o processo, o paciente utiliza fones de ouvido com playlists estruturadas para facilitar o foco interno e também recebe uma máscara para os olhos. A comunicação com os terapeutas ocorre de maneira pontual, somente quando necessária, preservando a imersão na experiência.

Os efeitos subjetivos relatados variam amplamente e podem incluir emoções intensas, lembranças significativas, experiências místicas ou sensação de renascimento, especialmente em doses mais altas. Muitos participantes descrevem essas vivências como algumas das mais marcantes de suas vidas (Barnett et al., 2024). Para garantir a segurança, sinais vitais são monitorados ao longo de toda a sessão e o participante passa por uma avaliação médica ao final. A alta só ocorre quando ele está acompanhado por um adulto responsável, sendo orientado a não dirigir até o dia seguinte.

Após a sessão, inicia-se o período de integração, etapa considerada fundamental por ocorrer em uma janela em que os psicodélicos parecem aumentar a neuroplasticidade e reabrir períodos críticos para a aprendizagem social. Esse momento permite transformar os insights da experiência em mudanças comportamentais e cognitivas duradouras, contribuindo para a eficácia a longo prazo da intervenção. O número de sessões pode variar de uma a três, dependendo do protocolo e da condição clínica tratada (Barnett et al., 2024).

Apesar das perspectivas positivas, o uso terapêutico da psilocibina exige cautela e protocolos rigorosos. Diversos estudos excluem participantes com traços de personalidade muito rígidos ou com alta instabilidade emocional, pois esses fatores aumentam o risco de reações adversas. Também são excluídas gestantes, mulheres em período de amamentação ou aquelas que não utilizam métodos contraceptivos seguros, como forma de garantir proteção durante as pesquisas (LINARTEVICH I et al., 2021).

No Brasil, o emprego terapêutico de substâncias psicodélicas ainda é bastante limitado. Psilocibina e MDMA permanecem classificadas na Lista F2 da Portaria SVS/MS nº 344/1998, e seu uso é permitido apenas em estudos científicos aprovados, conforme determina a Lei nº 11.343/2006. Isso demanda um rigor ético elevado, com ênfase em consentimento informado, supervisão contínua e discussões sobre justiça e acesso. Assim, embora os psicodélicos se destaquem como possibilidades inovadoras e potencialmente eficazes no tratamento da depressão, sua adoção clínica depende do fortalecimento de pesquisas que comprovem protocolos estáveis, resultados reprodutíveis, segurança regulatória e reflexão ética ampla. Dessa forma, configuram-se como recursos que podem complementar práticas terapêuticas já existentes e abordagens psicoterapêuticas estruturadas (Raposo, 2025)

A estrutura do ambiente terapêutico desempenha um papel essencial no sucesso da PAP. Os profissionais precisam estar bem-preparados técnica e emocionalmente. Empatia, sensibilidade clínica e boa comunicação são qualidades indispensáveis para oferecer segurança ao participante. O local da sessão precisa ser confortável, tranquilo e ter acesso rápido a medicações capazes de controlar possíveis efeitos adversos, como ansiedade intensa ou elevação da pressão arterial. Antes do início do tratamento, o paciente recebe orientações detalhadas sobre o caráter experimental da intervenção, a duração

da experiência, os possíveis efeitos e o perfil de segurança da substância, garantindo um nivelamento de expectativas e cuidados (JOSEPH; MENDONÇA, 2024).

O acompanhamento ao longo do processo, preferencialmente com os mesmos profissionais, fortalece o vínculo terapêutico e contribui para a sensação de segurança. Após o término das sessões, o follow-up permite identificar a manutenção dos efeitos positivos e possíveis alterações perceptivas tardias (JOSEPH; MENDONÇA, 2024). A experiência subjetiva também tem papel determinante para o sucesso. Muitos participantes relatam que confiança, acolhimento e escuta ativa foram fundamentais, especialmente quando havia histórico de frustração com atendimentos anteriores (JOSEPH; MENDONÇA, 2024).

A literatura enfatiza a importância do set, que envolve o estado psicológico do paciente, e do setting, que diz respeito ao ambiente físico e social. Esses elementos moldam a forma como a experiência ocorre. Quando bem estruturados, podem potencializar os efeitos terapêuticos ao facilitar reorganizações neurais profundas que dificilmente aconteceriam em condições rotineiras (Pollock et al., 2021; CALDER; HASLER, 2023).

As vivências durante a PAP variam e podem assumir um caráter emocional, místico ou introspectivo. É comum emergirem insights sobre questões internas, memórias traumáticas e sentimentos de compaixão. Alguns autores denominam esse fenômeno como efeito helioscópico, que permite acessar emoções difíceis com mais clareza e menor sobrecarga emocional (CALDER; HASLER, 2023). Contudo, os mesmos mecanismos que possibilitam experiências significativas também podem gerar vivências negativas quando não há suporte adequado. As chamadas bad trips podem produzir medo, desconforto ou sensação de perda de controle, mas não necessariamente resultam em desfechos negativos. Quando acompanhadas de forma adequada, podem inclusive favorecer o processo terapêutico, sobretudo durante o período de maior plasticidade cerebral (CALDER; HASLER, 2023).

A compreensão contemporânea sobre a psilocibina também dialoga com perspectivas históricas. Escotado (1998), em sua obra *Historia General de las Drogas*, classifica a substância entre os Fármacos Visionários, conhecidos pela ampla margem de segurança e baixa toxicidade. De acordo com o autor, a experiência psicodélica preserva a memória e se divide em dois momentos: a subida, marcada por percepções intensificadas e sensação de auto-observação, e a viagem, caracterizada por um percurso emocional que pode envolver medo, morte simbólica e renascimento. Molon (2025) complementa essa visão ao explicar que o renascimento seria o ponto culminante da experiência extática.

As pesquisas atuais indicam que combinar substâncias capazes de aumentar a neuroplasticidade com intervenções psicoterapêuticas tende a produzir resultados superiores aos observados quando essas abordagens são utilizadas separadamente. Esse potencial pode se estender para além da saúde mental, contribuindo futuramente para áreas como reabilitação neurológica após traumas ou acidentes vasculares cerebrais (CALDER; HASLER, 2023).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reuniu, nos dias 28 e 29 de setembro de 2023, na sua sede em Brasília, o Grupo de Trabalho sobre orientação e

regulamentação do uso assistido de psicodélicos em contexto psicoterapêutico, instaurado naquele ano com o propósito de construir um plano institucional para orientar o uso de psicodélicos em psicoterapia, alicerçado em evidências científicas, respeito à laicidade e às diferentes cosmovisões (CFP, 2023).

A criação resulta do reconhecimento de que já havia debate sobre o tema em outras áreas da saúde e no meio acadêmico. A proposição partiu do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-08) durante a assembleia da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças, em maio de 2023, proposta está aprovada por todos os Conselhos Regionais e pelo CFP.

Durante a reunião em Brasília, a coordenadora do Grupo de Trabalho, conselheira do CFP Carolina Roseiro, ressaltou a urgência de que o debate ultrapasse a esfera psicofarmacológica, típica da medicina e da prescrição de substâncias, e abarque a especificidade da psicoterapia, desde o acompanhamento clínico até os aspectos éticos envolvidos, assumindo a psicoterapia como protagonista do acompanhamento terapêutico que inclua psicodélicos. A intenção é que o Sistema Conselhos de Psicologia consolide um posicionamento profissional e científico que também dialogue com as discussões legais em curso, considerando, ainda, a centralidade do protagonismo das pessoas que utilizam essas substâncias, a redução de danos e a autonomia no uso terapêutico (CFP, 2023).

Embora, inicialmente, o Grupo de Trabalho tivesse como foco apenas a chamada “Psicoterapia Assistida por Psicodélicos” (PAP), durante seus trabalhos ficou claro que seria necessário ampliar o escopo de atuação. A proposta passou a contemplar também o debate sobre o uso de cannabis e de outras substâncias psicoativas, tendo em vista a diversidade de efeitos, as questões legais e as práticas que envolvem terapias integradas, ou seja, terapêuticas sem a prescrição formal da substância. Dessa forma, o GT pretende abarcar uma agenda mais ampla, que dialogue com a redução de danos, com práticas integrativas e complementares e com a psicoterapia como base central do processo terapêutico (CFP, 2023).

O GT é formado por representantes de diversos Conselhos Regionais (CRP 04, 08, 10, 15, 22 e 24) e conta também com a participação de um psicólogo especialista e colaborador da Associação Psicodélica do Brasil (APB), o que reflete a intenção de articular diferentes perspectivas regionais e especializadas no tratamento da temática (CFP, 2023).

Atualmente, a Nota Técnica nº 2/2025 do CRP-06 tem desempenhado um papel central no debate sobre o uso de psicodélicos em contextos relacionados à Psicologia, especialmente diante do crescente interesse acadêmico e clínico pelas Terapias Assistidas por Psicodélicos. Esse documento foi elaborado justamente para esclarecer os limites éticos e legais da profissão, além de orientar como psicólogas e psicólogos devem se posicionar frente à expansão de pesquisas e práticas que envolvem essas substâncias.

A nota destaca, antes de tudo, que a Psicologia não tem atribuição para prescrever ou administrar psicodélicos, já que isso ultrapassa suas funções profissionais e entra no campo médico. Mesmo assim, reconhece que o uso de substâncias desse tipo faz parte de diferentes tradições culturais, espirituais e comunitárias, e que a atuação psicológica deve considerar esses contextos com respeito, cuidado e responsabilidade. Ao abordar esses usos, o

profissional precisa manter uma postura ética, evitar preconceitos, compreender a diversidade de significados envolvidos e reconhecer que cada contexto tem regras, finalidades e estruturas próprias (CRP-06, Nota Técnica nº 2/2025).

Outro ponto importante do documento é a exigência de preparo técnico adequado. Por ser um tema complexo, que envolve impactos psicológicos profundos, potenciais riscos e forte influência do ambiente em que a experiência ocorre, a nota reforça que qualquer intervenção, pesquisa ou acolhimento clínico precisa ser fundamentado em evidências, formação consistente e atenção rigorosa à segurança. A Psicologia, segundo o CRP-06, deve contribuir de forma crítica e informada para esse campo, respeitando os direitos humanos, promovendo redução de danos e oferecendo escuta qualificada sem ultrapassar seus limites profissionais (CRP-06, Nota Técnica nº 2/2025).

Assim, para finalizar a discussão sobre a Psicoterapia Assistida por Psicodélicos, a Nota Técnica nº 2/2025 se torna um marco orientador essencial. Ela esclarece o papel da Psicologia nesse cenário, reafirma os cuidados necessários, reconhece a relevância histórica e cultural do uso de psicodélicos e aponta a importância de uma atuação ética e responsável. Com isso, o tema da PAP se encerra dentro de um enquadramento que valoriza tanto a inovação científica quanto a proteção das pessoas envolvidas, oferecendo um fechamento coerente e alinhado às diretrizes mais recentes da profissão (CRP-06, Nota Técnica nº 2/2025).

2.3 DEPRESSÃO RESISTENTE

A depressão, caracterizada por sintomas como hipobulia ou abulia (relacionadas à alteração da conação), inibição do curso do pensamento e prejuízos na esfera afetiva, representa um sério problema de saúde pública e está entre os principais fatores que impulsionam a medicalização, atingindo centenas de milhões de pessoas globalmente. Na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o código F33 corresponde ao Transtorno Depressivo Recorrente. Trata-se de um transtorno debilitante bastante comum, que afeta entre 10% e 15% da população a cada ano (Rodrigues, 2019).

Além das implicações clínicas e sociais, o transtorno depressivo também produz impacto econômico significativo. Os custos associados ao transtorno, que incluem despesas diretas com tratamento e custos indiretos, como afastamentos do trabalho e queda de produtividade, alcançam bilhões de dólares por ano em diferentes países. Diante desse cenário, a Organização Mundial da Saúde enfatiza a importância de políticas públicas eficazes voltadas tanto para a prevenção quanto para o manejo adequado da depressão, argumentando que intervenções apropriadas podem reduzir consideravelmente esse impacto, fortalecendo os sistemas de saúde e favorecendo a produtividade social. Esses dados evidenciam a depressão como um problema central de saúde pública e reforçam a urgência de investir em novas estratégias terapêuticas e em pesquisas que ampliem as possibilidades de tratamento (RAPOSO, 2025).

Apesar dos avanços no entendimento da psicofarmacologia e dos

biomarcadores relacionados a essa condição, bem como da introdução de várias classes novas de antidepressivos, apenas cerca de 60% a 70% dos pacientes apresentam melhora significativa com o tratamento medicamentoso. Entre aqueles que não respondem, aproximadamente 10% a 30% apresentam sintomas de depressão resistente ao tratamento, acompanhados de dificuldades no âmbito social e profissional, piora da saúde física, pensamentos suicidas e aumento no uso de serviços de saúde. Essa forma resistente da depressão representa um grande desafio para os profissionais da área da saúde. Uma definição prática para depressão resistente ao tratamento é a ausência de melhora satisfatória após pelo menos dois tratamentos antidepressivos distintos, com doses e duração adequadas (AL-HARBI, 2023).

A literatura indica que diversos fatores podem contribuir para o desenvolvimento da depressão resistente ao tratamento. Entre eles estão histórico familiar de transtornos do humor, início precoce dos sintomas, predisposições farmacogenéticas, presença de estressores psicossociais, déficits cognitivos, comorbidades clínicas ou psiquiátricas não tratadas e sintomas psicóticos incongruentes com o humor. Um estudo multicêntrico conduzido por Souery e colaboradores identificou onze fatores independentes associados a maior risco de resistência terapêutica, tais como comorbidade com transtornos de ansiedade e pânico, risco de suicídio em atividade, fobia social, início da sintomatologia antes dos 18 anos, características melancólicas marcantes, ausência de resposta ao primeiro antidepressivo utilizado, presença de transtornos de personalidade, múltiplas hospitalizações prévias, recorrência de episódios depressivos e maior gravidade clínica (CARVALHO; NARDI; QUEVEDO, 2015).

Consequentemente, indivíduos com depressão resistente ao tratamento tendem a demandar maior suporte especializado, apresentam índices mais elevados de internação e geram custos assistenciais superiores quando comparados aos pacientes que respondem adequadamente às terapias convencionais. Além do impacto financeiro, essa condição repercute intensamente na vida do paciente, refletindo-se em pior qualidade de vida, limitações no desempenho ocupacional e maior comprometimento nas relações sociais e afetivas (CARVALHO; NARDI; QUEVEDO, 2015).

Diante desse cenário, pesquisas voltadas ao uso da psilocibina no campo da saúde mental são de grande importância e têm demonstrado que a substância é capaz de promover uma reorganização das funções mentais, funcionando como um “reset” cerebral ao alterar oscilações neuronais e interromper padrões rígidos relacionados a transtornos mentais, resultando em melhora dos sintomas. Essas mudanças na percepção estão associadas às sensações de paz e bem-estar relatadas após a administração aguda da psilocibina (SOUZA, 2019). De acordo com Carhart-Harris et al. (2017a), a associação da psilocibina com suporte psicológico surge como uma alternativa promissora para o tratamento da depressão resistente, apresentando boa tolerabilidade, menos efeitos colaterais do que antidepressivos tradicionais e ausência de potencial de dependência ou uso compulsivo.

2.4 NEUROPLASTICIDADE COM PSILOCIBINA.

A neuroplasticidade corresponde à capacidade do cérebro de se modificar ao longo do tempo, tanto na estrutura quanto no funcionamento dos neurônios, em resposta a estímulos internos e externos. Esses estímulos podem envolver desde processos naturais do organismo até experiências emocionais, aprendizados e situações cotidianas. De acordo com Calder e Hasler (2022), essa adaptabilidade contínua é crucial para que o cérebro acompanhe as demandas do ambiente e sustente mudanças nos modos de pensar, sentir e agir.

Dois tipos principais de neuroplasticidade são descritos na literatura. A neuroplasticidade estrutural inclui alterações físicas nos neurônios, como o surgimento de novas sinapses, o fortalecimento das conexões já existentes, a formação de ramificações dendríticas e espinhas dendríticas, que aumentam a comunicação neural. Já a neuroplasticidade funcional refere-se às mudanças na atividade dos neurônios decorrentes da aprendizagem e das experiências, influenciando diretamente a forma como circuitos e redes cerebrais operam. Calder e Hasler (2022) ressaltam que ambas atuam de forma integrada para manter o funcionamento saudável do sistema nervoso.

Esses mecanismos são fundamentais para compreender os transtornos mentais, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. Em muitos casos, padrões repetitivos e rígidos de funcionamento cerebral dificultam a superação dos sintomas e mantêm pensamentos disfuncionais ao longo do tempo. A neuroplasticidade, portanto, pode tanto contribuir para o desenvolvimento desses quadros quanto para a recuperação, dependendo das experiências vivenciadas (Calder & Hasler, 2022).

Um conceito relevante nesse contexto é o de janela de plasticidade, período no qual o cérebro se torna especialmente receptivo a mudanças profundas. Segundo Calder e Hasler (2022), psicodélicos clássicos como LSD e psilocibina podem desencadear essa janela poucas horas após sua administração. Estudos mostram que genes associados à plasticidade começam a ser ativados aproximadamente noventa minutos após a ingestão, o que favorece a reorganização de circuitos neuronais. A literatura destaca ainda que esses efeitos podem se estender por semanas ou meses, indicando que as mudanças iniciadas durante a experiência psicodélica continuam a se consolidar posteriormente.

As pesquisas contemporâneas evidenciam que psicodélicos clássicos como LSD, psilocibina, DOI, 5-MeO-DMT e DMT apresentam potencial terapêutico quando associados à psicoterapia. Pacientes com depressão, ansiedade e dependência química mostram melhorias duradouras, enquanto indivíduos saudáveis relatam maior bem-estar e clareza emocional mesmo após um longo intervalo de tempo. Esses achados reforçam a hipótese de que a experiência psicodélica favorece a reorganização de padrões mentais e facilita processos de mudança interna (Calder & Hasler, 2022).

Um dos mecanismos mais estudados envolve a ativação dos receptores 5-HT_{2A}, bastante concentrados no neocórtex, região ligada a funções cognitivas complexas. Calder e Hasler (2022) explicam que a estimulação desses receptores promove o fortalecimento de sinapses e o crescimento de ramificações neuronais, contribuindo para a flexibilidade cognitiva e emocional.

No caso específico da psilocibina, seu metabólito ativo, a psilocina, possui grande semelhança estrutural com a serotonina (Figura 3), mas apresenta potência muito maior na ativação da enzima fosfolipase A2, chegando a ser trinta vezes mais eficaz nesse processo. Essa ativação provoca mudanças conformacionais no receptor 5-HT2A e altera o tipo de proteína acoplada, migrando da via Gq/11 para a Gi/o, o que desencadeia novas rotas de sinalização e estimula uma reorganização rápida e duradoura das redes neurais. A ativação da via mTOR favorece o aumento de espinhas dendríticas, fortalecendo conexões que regulam emoções e cognição (D'Amici Avidago & Duarte, 2024).

Figura 3- Estrutura molecular da serotonina e psilocibina



Fonte: Nicole Lopes Reichert

Logo após a administração de psilocibina, observa-se aumento da atividade metabólica em diferentes regiões corticais. Transformações na amígdala, no córtex pré-frontal ventromedial e em áreas visuais estão associadas à redução de pensamentos negativos repetitivos e à diminuição da rigidez emocional, resultando em melhora significativa do humor e dos sintomas clínicos em cerca de uma semana. Escalas como a QIDS-RS-16 e a SHAPS evidenciam essa evolução positiva de modo consistente (D'Amici Avidago & Duarte, 2024).

Quando combinada ao suporte psicológico, a psilocibina aumenta a sensibilidade a estímulos emocionais positivos e reduz a reatividade diante de estímulos negativos ou neutros. A substância também interfere na filtragem sensorial do tálamo, permitindo que uma quantidade maior de informações alcance o córtex. Esse mecanismo facilita a aprendizagem, promove flexibilidade cognitiva e ajuda a romper padrões rígidos de pensamento, o que pode explicar sua eficácia na redução da anedonia – um sintoma frequentemente resistente ao tratamento com inibidores seletivos da recaptação de serotonina (D'Amici Avidago & Duarte, 2024).

Além disso, a psilocibina se destaca por apresentar ação terapêutica mais rápida do que antidepressivos tradicionais, cuja latência pode comprometer a adesão ao tratamento. Os efeitos da substância também parecem influenciar traços de personalidade, como extroversão e abertura a novas experiências, aspectos que raramente são modificados por antidepressivos convencionais, reforçando seu potencial como agente facilitador de mudança psicológica

profunda (D'Amici Avidago & Duarte, 2024).

Por fim, os autores ressaltam a importância de pesquisas futuras para aprofundar o conhecimento sobre a ação neuroplástica dos psicodélicos. Entre os pontos a serem explorados estão o tempo ideal de exposição, a dosagem mais adequada, os efeitos em diferentes quadros psiquiátricos e os impactos em indivíduos saudáveis, de modo a ampliar a compreensão sobre seu potencial terapêutico e seus limites.

3. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de caráter bibliográfico. A escolha desse delineamento fundamenta-se na necessidade de compreender, de forma aprofundada e interpretativa, os aspectos neuropsicológicos, terapêuticos, históricos, éticos e morais relacionados ao uso da psilocibina no tratamento da depressão resistente, possibilitando uma análise ampla do tema e de seus desdobramentos no campo da saúde mental.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender fenômenos sociais complexos com profundidade e sensibilidade, priorizando o significado, as experiências humanas e os contextos em que elas ocorrem. Por meio de abordagens como etnografia, fenomenologia e teoria fundamentada, esse tipo de investigação permite acessar sentidos, interpretações e construções simbólicas. Embora apresente desafios em relação à generalização dos dados e à possibilidade de vieses do pesquisador, seu valor está na capacidade de gerar conhecimento aprofundado e contextualizado. Por isso, exige rigor metodológico, reflexividade constante e estratégias que garantam credibilidade, confiabilidade e coerência aos resultados obtidos. (LIM, 2024). Assim, o estudo não visa quantificar resultados, mas discutir a psilocibina sob uma perspectiva analítica e interdisciplinar, relacionando ciência, terapêutica e contexto sociocultural.

Para composição do referencial teórico, realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, com recorte temático voltado para psilocibina, neurociência e depressão resistente. As buscas ocorreram nas plataformas PubMed, SciELO e Google Scholar, além de livros, manuais científicos e revistas acadêmicas da área de neurociência, psicologia, psiquiatria e políticas de drogas. Foram utilizadas como descritores as seguintes palavras-chave: “psilocibina”, “psicodélicos”, “depressão resistente”, “psicoterapia assistida por psicodélicos”, “saúde mental” e “neuroplasticidade”. O critério de seleção considerou publicações que abordassem efeitos terapêuticos, mecanismos farmacológicos, segurança clínica, contexto histórico, restrições normativas e discussões éticas sobre o uso da substância trazendo artigos atuais e incluindo referências clássicas essenciais ao entendimento histórico e conceitual.

O processo metodológico permitiu identificar avanços, limites, possibilidades terapêuticas e tensões éticas relevantes para o campo emergente da Terapia Assistida por Psicodélicos, possibilitando assim uma discussão fundamentada e coerente com os objetivos propostos nesta pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psilocibina desponta como uma alternativa promissora para o tratamento da depressão resistente, sobretudo por sua capacidade de estimular a flexibilidade mental e favorecer a reorganização de circuitos cerebrais ligados ao humor, diferenciando-se dos antidepressivos convencionais. Os estudos indicam que os efeitos terapêuticos não se restringem à substância em si, mas dependem de todo o contexto em que ela é aplicada: a preparação do paciente, o ambiente da sessão e o acompanhamento profissional influenciam diretamente a segurança e a qualidade da experiência. Muitos participantes relatam vivências emocionais profundas, simbólicas ou até espirituais, que, quando trabalhadas na fase de integração, contribuem para mudanças significativas no comportamento e no bem-estar. Apesar dos efeitos rápidos e, em alguns casos, duradouros, momentos difíceis, como medo ou confusão, podem ocorrer, mas costumam ser manejáveis quando há suporte adequado.

No cenário brasileiro, entretanto, a implementação desse tipo de tratamento ainda enfrenta desafios significativos. Além do estigma histórico associado aos psicodélicos e da restrição legal, a psilocibina está listada na Lista F2 da Portaria 344/1998, o que limita seu uso fora de pesquisas aprovadas e dificulta a criação de protocolos padronizados, a formação de profissionais capacitados e a aplicação clínica mais ampla. Apesar desses obstáculos, avanços importantes vêm sendo alcançados: o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e diversos Conselhos Regionais têm articulado debates e criado grupos de trabalho sobre o uso assistido de psicodélicos em psicoterapia, com atenção ética, científica e legal. A Nota Técnica nº 2/2025 do CRP-06, por exemplo, esclarece os limites da atuação da Psicologia, orienta sobre a ética profissional, reforça a importância da formação adequada e destaca a necessidade de considerar contextos culturais, históricos e espirituais no trabalho com psicodélicos. Esses esforços indicam que há um movimento crescente para consolidar práticas seguras, responsáveis e baseadas em evidências, abrindo espaço para que a psicoterapia assistida por psicodélicos avance de maneira estruturada no país.

Portanto, torna-se essencial ampliar o olhar, abandonar preconceitos e permitir que o debate científico sobre a psilocibina ocorra com maturidade, responsabilidade e abertura. Somente com investimento em pesquisas sérias, formação de profissionais qualificados e políticas públicas que apoiem a investigação ética será possível compreender plenamente o potencial terapêutico da substância. Assim, a psilocibina deve ser encarada como uma ferramenta complementar capaz de promover transformações emocionais e cognitivas profundas, oferecendo novas possibilidades no cuidado à saúde mental, desde que seu desenvolvimento seja conduzido com cautela, compromisso ético e disposição para superar os estigmas que ainda limitam o avanço científico no país.

REFERÊNCIAS

ALDER, Abigail E.; HASLER, Gregor. **Towards an understanding of psychedelic- induced neuroplasticity.** *Neuropsychopharmacology*, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 104–112, jan. 2023. DOI: 10.1038/s41386-022-01389-z. Acesso em: 12 abr. 2025.

CALDER, Abigail E.; HASLER, Gregor. **Rumo à compreensão da neuroplasticidade induzida por psicodélicos.** *Frontiers in Psychology*, [S. l.], v. 13, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.00000/full>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CARHART-HARRIS, R. L.; BOLSTRIDGE, M.; DAY, C. M. J.; RUCKER, J.; WATTS, R.; ERRITZOE, D.; KAELEN, M.; GIRIBALDI, B.; BLOOMFIELD, M.; PILLING, S.; RICKARD, J. A.; FORBES, B.; FEILDING, A.; TAYLOR, D.; CURRAN, H. V.; NUTT, D. J. **Psilocybin with psychological support for treatment- resistant depression: six-month follow-up.** *Psychopharmacology*, v. 235, n. 2, p. 399–408, 2017. DOI: 10.1007/s00213-017-4771-x. Acesso em: 22 abr. 2025.

CARVALHO, André Ferrer; NARDI, Antonio Egidio; QUEVEDO, João (orgs.). **Transtornos psiquiátricos resistentes ao tratamento: diagnóstico e manejo.** Porto Alegre: Artmed, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Grupo de Trabalho sobre orientação e regulamentação do uso assistido de psicodélicos em contexto psicoterapêutico se reúne em Brasília.** Brasília: CFP, 06 nov. 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/grupo-de-trabalho-sobre-orientacao-e-regulamentacao-do-uso-assistido-de-psicodelicos-em-contexto-psicoterapeutico-se-reune-em-brasilia/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-06). Nota Técnica CRP06 nº 2/2025 – **Orientações éticas e científicas sobre psicodélicos na Psicologia.** São Paulo: CRP-SP, 2025. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2025/05/SEI_CFP-2171723-Nota-Orientativa-2-Psicodelicos-assinada.pdf. Acesso em: 03 mai. 2025.

D'AMICI AVIDAGO, G.; DUARTE, L. F. **A relação serotoninérgica e neuroplástica da psilocibina: mecanismos de ação adjuvantes no tratamento de transtornos neuropsicológicos e sua eficácia em comparação a terapias convencionais.** *Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica*, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/COB/article/view/2423/2411>. Acesso em: 08 mai. 2025.

DUNCK JOSEPH, Makayla Edith; VILELA DE MENDONÇA, Vitória. **Efeitos da**

psilocibina no corpo humano: o uso no tratamento da depressão. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2024. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/handle/123456789/4567>. Acesso em: 13 mai. 2025.

JOSEPH, Makayla Edith Dunck; MENDONÇA, Vitória Vilela de. **Efeitos da psilocibina no corpo humano: o uso no tratamento da depressão.** 2024.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biomedicina) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Médicas e da Vida, Goiânia, 2024.

LINARTEVICH, Vagner Fagnani et al. **Potencial uso da psilocibina no tratamento da depressão: uma revisão.** *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 32270–32288, 2021. Disponível em:

<https://bjdev.org.br/article/view/32270>. Acesso em: 18 mai. 2025.

LINARTEVICH, V. F. et al. **Potencial uso da psilocibina no tratamento da depressão: uma revisão.** *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, p. 46509– 46520, 2021. Disponível em: <https://bjdev.org.br/article/view/46509>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MOLON, N. D. **Brevíssima história dos cogumelos mágicos psilocibinos: do uso ancestral à redescoberta científica.** *Cadernos Cajuína*, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/download/883/809/30> 45. Acesso em: 27 mai. 2025.

NIH. The neurobiology of depression: an integrated view. *PubMed Central*, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3528335/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Depressão.** Fact sheets, 2023.

Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acesso em: 09 dez. 2025.

PLATÔ: drogas e políticas. Edição especial: Psicodélicos (v. 5). São Paulo: **Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)**, 2021. Disponível em: <https://www.pbpd.org.br/publicacoes/psicodelicos>. Acesso em: 07 jun. 2025.

POLLOCK, L. R. et al. **The importance of the therapeutic setting in psychedelic psychotherapy.** *Journal of Psychoactive Drugs*, Washington, v. 53, n. 1, p. 48– 58, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02791072.2020.1771540>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RAPOSO, P. H. C.; GONÇALVES, L. A.; CAETANO, A. L. A.; GUIMARÃES,

T. V.; MARQUES, M. S. **Alucinógenos como terapia complementar no manejo da depressão: uma revisão integrativa.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 10, p. 559–584, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n10p559-584>. Acesso em: 17 jun. 2025.

REICHERT, Nicole Lopes; SUYENAGA, Edna Sayuri; SFAIR, Letícia Lenz; SGARAVATTI, Ângela Malysz. **Efeitos da microdosagem de LSD e psilocibina: uma revisão da literatura.** 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367345678_Efeitos_da_microdosagem_de_LSD_e_psilocibina. Acesso em: 22 jun. 2025.

RODRIGUES, Sandro. **Introdução ao uso de psicodélicos em psicoterapia.** Rio de Janeiro: Associação Psicodélica do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.associacaopsicodelica.org.br/publicacoes/psicoterapia>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SOUZA, Jorge Luiz Bandeira. **A psilocibina e o seu potencial terapêutico em saúde mental.** 2019. 46 f. Monografia (Bacharel em Enfermagem) – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/123456789/12345>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SOUZA, José Luiz Batista de. **Uso da psilocibina no tratamento da depressão: revisão bibliográfica.** 2019. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/123456789/67890>. Acesso em: 05 jul. 2025.

TENG, Chei Tung; CALDIERARO, Marco Antonio; LACERDA, Acioly L. T.; NARDI, Antonio Egídio; QUARANTINI, Lucas C.; SOUZA, Fabio Gomes de Matos e; CORREA, Humberto; KANEVSKY, Gabriela; CABRERA, Patricia. **Epidemiologia e ônus da depressão resistente ao tratamento no Brasil: análise do subgrupo brasileiro do estudo de observação multicêntrico TRAL.** 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1516848821001234>. Acesso em: 09 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Depressão resistente.** Boletim UFMG, n. 2073, 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletins/2073>. Acesso em: 14 jul. 2025.